



INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA
GRADUADOS NÃO LICENCIADOS



**“Campanha Pró-educação”: a luta pela alfabetização e a instrução nas páginas do
Jornal A Alvorada (1933-1936)**

Natália Garcia Pinto

PELOTAS, 25 de novembro de 2020.

Natália Garcia Pinto

**“Campanha Pró-educação”: a luta pela alfabetização e a instrução nas páginas do
Jornal A Alvorada (1933-1936)**

Artigo apresentado ao curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados do Instituto Federal Sul-rio-grandense, campus Pelotas, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em História, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Adriana Duarte Leon.

PELOTAS, 25 de novembro de 2020.

“Campanha Pró-educação”: a luta pela alfabetização e a instrução nas páginas do *Jornal A Alvorada* (1933-1936)

Natália Garcia Pinto

Resumo

A presente pesquisa investiga a Campanha Pró-Educação veiculada no periódico da imprensa negra local *A Alvorada* no período de 1933-1936. O trabalho tem o propósito de discutir o direito à educação pelo viés da luta empreendida pelas associações negras da cidade de Pelotas frente a uma política de exclusão social e racial da população afrodescendente nas escolas. Foi possível verificar que a campanha foi arquitetada pelos jornalistas negros e pela Frente Negra pelotenses com o objetivo de criar escolas e auxiliar financeiramente os pais que não conseguiam matricular seus filhos nas escolas de Pelotas. A Campanha não concretizou a maior parte de seus intentos, ficando por ora os anseios mais no campo das ideias. Todavia exerceu função relevante de mobilização frente ao problema do analfabetismo que atingia os negros, visto que a República não oportunizava para esse segmento cidadania e acesso à educação.

Palavras-chave: Pós-Abolição; Campanha Pró-Educação; *Jornal A Alvorada*; História da Educação; Afrodescendentes.

Introdução

Janeiro de 1933. Um calor tórrido e abafado dava a tônica de um dia corriqueiro na cidade de Pelotas. Todavia, surgia em cena, na primeira página da imprensa negra, no periódico *A Alvorada*, **A Campanha Pró-Educação**, que tinha por intuito alertar os homens de cor da sociedade pelotense para que eles se educassem. Aquela matéria estampada no jornal conclamava para o início de uma nova era, em que a instrução era o caminho não apenas para sair das trevas do analfabetismo escolar, mas também uma estratégia política para ter respeitabilidade social e cidadania em uma sociedade racializada¹. Segundo a notícia estampada nesse periódico:

“Necessitamos de instrução, muita instrução”: a Frente Negra Pelotense e “A Hora da Raça” nos clubes quereis que vossos filhos sejam felizes, e que futuramente não haja distinção entre brancos e

¹ O artigo tem a intenção de analisar as relações sociais na pós-abolição, com o objetivo de compreender como os agentes históricos teceram estratégias de sobrevivência no mundo após o término das relações escravistas. Não se tem a intenção de utilizar o termo raça enquanto categoria biológica transplantada para a vida social dessas pessoas (SCHWARCZ, 1993), pois isso seria muito perverso com a história dos negros neste país. Mas entender como estes sujeitos históricos lutaram e pautaram uma valorização do orgulho de serem negros. A luta por educação foi um espaço racializado neste país e o é até os dias de hoje. Mas não pensar nesse processo de racialização apenas como de via púnica por parte da elite branca (ALBUQUERQUE, 2009), mas pensar os processos de racialização como a luta desses intelectuais e operários negros no jornal investigado, interpretando o seu modo de pensar a racialização enquanto pautavam e reivindicavam o direito à educação nas escolas da sociedade republicana pelotense.

pretos? Mandai-os educar convenientemente. [...] Eis como podeis fazer a felicidade da vossa família e da vossa raça: educando vossos filhos, que senhores de tão salutar virtude se impor com honra e brilho, e amanhã teremos homens de envergadura moral e intelectual sólida, que não serão admirados pelos seus semelhantes, simplesmente porque se compenetraram de que a educação é o único caminho que destrói preconceitos e irmana os homens. Termino as minhas obscuras linhas, dizendo que espero que todos digam: “quereis terminar a distinção entre brancos e pretos? Educai vossos filhos”.²

Para o senso comum, após o fim da escravidão brasileira, o negro ficou à margem da sociedade e suas experiências e vivências ficaram por um indelével tempo associados apenas ao mundo do trabalho e não como agentes da escrita de sua própria história e da construção da cidadania do país (DOMINGUES, 2004). Eram considerados cidadãos de segunda classe, marginalizados pelo preconceito racial a serviço da dominação política, econômica e social da raça branca. Embora o racismo já tenha sido objeto de várias pesquisas no campo da história, considero pertinente abordar tal assunto no campo da educação no Brasil, pela própria lente do afro-brasileiro, pontuando uma história construída aos “*rés-do-chão*” (REVEL, 1998), dos subalternos e não etnocêntrica, em que o negro não é representado de forma estereotipada (ALBUQUERQUE, 2009).

O cenário de análise da pesquisa é a sociedade republicana de Pelotas. O município conhecido nacionalmente no império por ter unidades produtivas que se dedicavam à produção e exportação da carne salgada, denominada como charque, para todo o país. Os principais trabalhadores nesses estabelecimentos eram os escravizados negros (VARGAS, 2013). A luta pela liberdade não foi acionada e defendida pelos negros apenas na pós-abolição, mas no período da escravidão em que lutaram por conquistar o papel de liberdade para si e seus familiares (PINTO, 2018). Na pós-abolição³, a luta dos negros foi pelo reconhecimento da cidadania e por garantias de

² Jornal *A Alvorada* do dia 15 de janeiro de 1933, fl. 1.

³ A pós-abolição é entendida como um momento histórico construído em torno da busca e da manutenção da liberdade em um processo de mudanças e continuidades advindas da experiência do cativo. Para as historiadoras Hebe Mattos e Ana Rios, a pós-abolição “trata-se de reconhecer que o processo de destruição da escravidão moderna esteve visceralmente imbricado com o processo de definição e extensão dos direitos de cidadania nos novos países que surgiam das antigas colônias escravistas. E que, por sua vez, a definição e o alcance desses direitos estiveram diretamente relacionados com uma contínua produção social de identidades, hierarquias e categoriais raciais. Nesse sentido, a questão central para o entendimento dos processos de emancipação escrava e de formas como as populações afrodescendentes e as sociedades pós-emancipação lidaram culturalmente com os significados da memória do cativo” (2005, p. 29). Assim sendo, o campo da pós-abolição tenta entender as organizações e as estratégias tecidas pelos negros para lutar contra as continuidades do período da escravidão até os dias atuais (GOMES, 2005).

direito à educação. Na cidade de Pelotas, na imediata pós-abolição, os negros trabalhavam em diversos ramos da indústria, tais como fábricas de chapéus, cervejarias, sabão, velas e tantos outros estabelecimentos (LONER, 2016). A sociedade pelotense, segundo as pesquisas de Loner (2016), na República oligárquica, tinha um operariado negro expressivo, tendo associações negras operárias e sindicalistas, como também associações de sociabilidades, como os clubes carnavalescos, uma agremiação de futebol e a imprensa negra. Associações pautadas pela solidariedade dos “homens de cor”, em uma sociedade racializada, em que pese a luta contra o racismo, se fazia uma constante na Princesa do Sul (SILVA, 2011).

Em Pelotas, no pós-abolição, nos demais jornais (fora da imprensa negra) que circulavam na cidade, os negros eram representados de maneira pejorativa e preconceituosa, sendo eles constantemente associados ao mundo da desordem, do crime e da embriaguez (LONER, 2016; OLIVEIRA, 2017). Os anseios da comunidade negra local não eram o ponto central desses periódicos. Em contrapartida, havia na sociedade investigada um movimento coletivo de homens de cor letrados, através da publicação do jornal *A Alvorada* que, antes de tudo, era um veículo de comunicação cultural, articulação de ideias, reivindicação de um segmento sem voz nem visibilidade e que também possuía uma ideologia de um grupo específico (SANTOS, 2011).

O jornal atuou em várias frentes com este propósito; sendo assim, não pode ser compreendido apenas como um veículo de contestação ou simplesmente como uma imprensa alternativa, que tinha como perspectiva apenas a sua comunidade, alheio ao que ocorria em seu entorno. Os homens de cor letrados discutiam nas páginas desse periódico o mundo do trabalho e a crise política no país, frisando que o campo da educação não era apenas atrativo para a campanha da alfabetização dos negros, mas de como esse sistema educacional deveria ser construído nacionalmente. Como, por exemplo, defendiam um ensino público gratuito e laico nas escolas. A valorização da educação era comum no folhetim, visto que o jornal fazia críticas severas ao sistema republicano por alijar os negros da educação, restringindo o desenvolvimento da população negra, mas também criticava a comunidade negra pelotense por não se empenhar a fundo para que seus filhos tivessem direito à instrução, mas também um controle social e moral perante à comunidade negra (CALDEIRA, 2020).

Após a abolição da escravidão no país e o início da República brasileira, os negros tiveram de reconstruir suas vidas lutando por espaços não só de sobrevivência,

mas também por cidadania, mesmo que o sistema os alijasse do mérito pleno deste direito. A nova ordem trazia consigo a alusão à liberdade, visto que os negros agora não eram mais propriedade de outrem. Mas o que significava ser livre nessa sociedade republicana? Dito de outra forma. O que era liberdade para a população de cor na república brasileira? De certo eles almejassem os direitos iguais dos não-brancos, como, por exemplo, o direito à educação. Neste ínterim, este trabalho visa discutir, à luz da Campanha Pró-Educação, como esses “homens de cor” problematizaram e discutiram a questão da Educação. Quais iniciativas ou projetos foram pensados no campo da educação para os negros da sociedade de Pelotas? O que a palavra educação remetia para esses sujeitos naquele passado de outrora? Essa campanha tinha a intenção de construir escolas para as crianças negras? Qual a principal pauta dessa campanha? Ela teve algum êxito ou ficará apenas no plano das ideias? Essas são as questões que norteiam o trabalho.

A investigação problematiza a iniciativa da campanha lançada pelo periódico negro no período pós-abolição, com o objetivo de analisar como os redatores da campanha deram visibilidade ao tema da *educação*, e que meios esses homens de cor buscaram para encontrar soluções, não só para denunciar a *invisibilidade* do negro no campo educacional, mas também como denunciaram/combateram o racismo no meio escolar pelotense. Além disso, que medidas foram agenciadas para que a população de cor tivesse acesso à educação.

A análise da pesquisa é centrada na década de 30, especialmente, de 1933 a 1936, período em que vigorou a campanha no jornal *A Alvorada*. Essa década é singular para pensarmos os projetos educacionais na República brasileira e a inserção da população negra neste sistema de governo, visto que o sistema republicano, apesar de ter como almejo a educação para todos, indubitavelmente ainda discriminava e excluía os negros dos direitos de cidadãos nessa nova ordem política. A igualdade jurídica até existia no papel da Constituição; todavia, na prática, os negros eram deixados à margem do processo de cidadania plena (SCHWARCZ, 2012) no que tange à educação.

Este artigo tem a pretensão de ser uma contribuição para a História da Educação e o papel do negro nesta construção (sujeito histórico ativo e atuante), em uma conjuntura política e econômica, tanto regional quanto nacional, que estava pautada em um processo de embranquecimento racial (SCHWARCZ, 1993), de disciplinarização do trabalho (CHALHOUB, 2012) e de uma educação pautada na dualidade entre os

trabalhadores pobres e de cor e uma educação elitizada para os filhos dos patrões (PERES, 1995).

A fonte: O jornal *A Alvorada*

O jornal investigado surgiu no ano de 1907, na cidade de Pelotas, sendo propriedade dos irmãos Penny, José e Durval. Além disso, esse projeto da imprensa negra foi também arquitetado por Rodolpho Xavier e seu irmão Antônio Baobab (LONER, 2005). Segundo Oliveira, o jornal tinha o foco de “lutar contra a discriminação racial e se posicionar em defesa do operariado pelotense” (2017, p. 34).

Além disso, o jornal pregava “a defesa da raça, através da denúncia de atos discriminatórios (SILVA, 2011, p. 138) e também tinha o objetivo de “servir como veículo de informação, agindo em prol da defesa de seus irmãos de cor” (SILVA, 2011, p. 138). O jornal - composto de seis páginas - era comercializado no Mercado Público da cidade e também era disponibilizado nas cidades vizinhas, como Pinheiro Machado. O periódico tinha assinantes que recebiam o jornal em seus domicílios e dispunham das notícias sobre o que acontecia na comunidade negra operária e no país. Estampado em suas páginas, esse periódico divulgava também conteúdos de “poesia, teatro, música, conselhos e fofocas, que tinham o objetivo de indicar regras morais e de comportamento para os leitores, bem como juízos afirmativos de uma identidade negra” (SANTOS, 2009, p. 189). Além disso, segundo Oliveira (2017):

A Alvorada era um periódico crítico, literário e noticioso e, posteriormente, também, esportivo. Seus cadernos abordavam assuntos locais, nacionais e internacionais. Eles se manifestavam em relação ao social, ao cultural e ao político. Trataram sobre formas de atuação do governo, eleições sindicais, sindicalização e a crise econômica. (...) *A Alvorada* serviu para alertar, orientar e aconselhar seus eleitores. Almejava-se que com ele seria possível tornar os (as) negros (as) conscientes do preconceito fortemente mascarado na sociedade (OLIVEIRA, 2017, p. 35).

Nesta perspectiva, *A Alvorada*, além defender com críticas ferrenhas contra o racismo e a causa proletária no seio da sociedade de Pelotas, também pautou em sua agenda reivindicatória a questão da educação entre os negros. Para os homens negros letrados, o conceito de cidadania materializava-se através da educação, seja no campo da alfabetização ou na instrução. Estes “homens de cor” letrados, na perspectiva de promoverem uma afirmação social, faziam também críticas à comunidade negra local

para sua inserção qualitativa em uma sociedade racializada e contra a discriminação social e racial. *A Alvorada* tornou-se aliado na causa da educação juntamente com a fundação da Frente Negra Pelotense, a qual fazia parte no engajamento da Campanha em prol da educação, na qual a investigação se detém, pois segundo as notícias publicadas no periódico, os homens negros letrados acreditavam e defendiam que só através da educação é que se poderia combater o preconceito e angariar uma cidadania plena em uma sociedade dominada pela branquitude.

O jornal *A Alvorada*, insere-se no rol da imprensa negra⁴ no início do século XX, enfocando as mais diversas mazelas que afetavam “os homens de cor”, no campo do trabalho e da educação, pontuando, em muitas ocasiões, a segregação racial que sofriam pela cor de sua tez. Esse veículo de informação e de protesto foi pensado por negros para negros. Para Domingues, essa imprensa negra:

(...) não revelavam todas as contradições ideológicas que permeavam o complexo universo de tal população. Pelo contrário, eram porta-vozes dos movimentos sociais do meio negro ou, antes, de sujeitos letrados que se apresentavam como lideranças desses movimentos. Nessa perspectiva, os jornais não expressavam o pensamento do conjunto plural e multifacetado da população negra, mas fundamentalmente o de um setor minoritário, conhecido como “elite negra” (DOMINGUES, 2008, p. 32).

Interessante pontuar que os artigos coletados no periódico estavam sempre estampados na primeira página do semanário. A Campanha Pró-Educação sempre foi publicizada de maneira “chamativa”, com o objetivo de captar os leitores para a pauta principal defendida pelos jornalistas do periódico. Ao todo, foram coletados sessenta artigos escritos por distintos escritores. A propaganda em torno da Campanha vinha quase diariamente publicada no jornal. Relevante destacar que apenas me detive nas notícias publicadas da Campanha Pró-Educação. A seleção dos artigos foi mais em um sentido de uma “investigação arqueológica” (FOUCAULT, 1986), de abordar e analisar os discursos feitos pelos jornalistas sobre o entendimento da Campanha.

A investigação dos artigos publicados no jornal é tomada por esta historiadora da educação como documento/monumento (LE GOFF, 2003) em que a história deixada

⁴ Imprensa negra é um jornal “feito por negros para negros” em que as principais pautas articuladas por eles eram para combater o racismo. Uma organização social tinha por pauta uma reivindicação política por parte da população negra formada por lideranças e intelectuais negros que tinham por interesse combater a sociedade desigual e excludente para a população de tez negra (SANTOS, 2011, p. 85).

nos vestígios documentais não é analisada pela ótica da passividade, mas sim de uma “história-problema” (BLOCH, 2001), em que o historiador problematiza a sua fonte por intermédio de questionamentos da realidade que almeja estudar. É notório que tal análise deve vir eivada de uma postura crítica para investigar o documento, visto que o “documento não fala senão quando se sabe interrogá-lo” e, além disso, “é a pergunta que fazemos que condiciona a análise e, no limite, eleva ou diminui a importância de um texto retirado de um momento afastado” (BLOCH, 2001, p. 8).

Saliento ainda que me filio a uma história-problema preconizada pela Escola dos Annales, que não privilegiou uma história total e nem o ídolo político, mas uma história que tenta ser feita pelos subalternos, aqueles que por muitos anos foram invisibilizados no devir histórico. Uma história social vista de baixo (HOBSBAWM, 1998), em que homens de cor lutavam para ter acesso à educação e à cidadania em uma República que os alijava de seus direitos políticos plenos. Diante disso, é crível que além de o historiador criticar a fonte consultada é necessário, também, para Foucault, que:

A história, na sua forma tradicional, dedicava-se a “memorizar” os *monumentos* do passado, a transformá-los em *documentos* e em fazer falar os traços que, por si próprios, muitas vezes não são absolutamente verbais, ou dizem em silêncio outra coisa diferente do que dizem; nos nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e o que, onde dantes se decifravam traços deixados pelos homens, onde dantes se tentava reconhecer negativo o que eles tinham sido, apresenta agora uma massa de elementos que é preciso depois isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação, constituir em conjunto (FOUCAULT, 1986, p. 13-14).

Nesse âmbito, o documento/monumento é entendido nesta pesquisa pelo foco da crítica do documento e de que maneira essa produção da memória cristalizada no jornal impresso foi produzida. Isto é, o que de fato os grupos que produziram essa fonte objetivavam constituir e qual imagem queriam deixar registrada ao longo do tempo. Partindo da concepção de que o conhecimento produzido no passado ou sobre o mesmo é condicionado pelas perguntas que faço à fonte⁵ coligida, acredito que ao tomar de

⁵ Segundo a historiadora Tânia de Luca, a fonte documental impressa do jornal é muito rica para a exploração do trabalho de investigação do historiador, pois ela possibilita uma multiplicidade de abordagens qualitativas. Pode-se analisar o movimento operário, as discussões de classe, política, cultura, gênero, infância, publicidade, discussões raciais e tantas outras problemáticas na História e na Educação (LUCA, 2008).

empréstimo o conceito de documento/monumento, consigo investigar a realidade daqueles homens de cor que lutavam pela pauta da educação nas folhas do jornal pesquisado. A intervenção que realizo na fonte não é ingênua e sem criticidade. A respeito disso, Le Goff pontua que:

A intenção do historiador que escolhe o documento, extraíndo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-os aos outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da época e de sua organização mental, insere-se numa situação inicial ainda menos “neutra” do que a sua intervenção. O documento é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 2003, p. 537-538).

É necessário desmontar o documento para elaborar um campo de memória do que está sendo investigado, pois não existe um documento objeto em si. Cabe ao historiador esmiuçá-lo de interrogações, pois “o documento não é o feliz instrumento de uma história que seja, em si própria e com pleno direito, *memória*”, assim sendo, “a história é uma certa maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que se não separa” (FOUCAULT, 1986, p. 13).

Diante disso, o jornal será tomado como documento/monumento no sentido de olhar para ele com criticidade, indagando quem o produziu, pontuando os silêncios da fonte, procurando a intenção nos artigos e os objetivos da publicação junto à comunidade negra local. Por isso, a necessidade de desmontar o documento e reagrupar informações que poderiam passar despercebidas pelos ditos e não-ditos deixados pelos sujeitos que lutavam pelo direito à educação, na década de 30, em Pelotas.

É nesses vestígios que, como historiadora, persigo os rastros dos objetivos dessa Campanha Pró-Educação, não com o intento de entender apenas o passado, mas sim a importância que esse movimento teve naquele passado longínquo de outrora, tem de influência em nosso presente, para compreendermos o passado e vice-versa. Afinal, ainda a educação é uma reivindicação da comunidade negra brasileira em uma sociedade marcada pela estrutura da casa grande e da senzala; em que o racismo estrutural se faz latente. A comunidade negra ainda pauta e luta por ter direito a uma educação pública e de qualidade, para exercer esse direito de cidadania. Luta essa que

não começou hoje, mas tem resquícios no passado, com a Campanha Pró-Educação lançada pelo jornal *A Alvorada*. Convido o leitor a desfrutar desta história que esta historiadora passará a narrar nas páginas seguintes.

A Campanha Pró-Educação: o projeto de alfabetização

Em um dia comum de outono na cidade, corria a seguinte publicação na página do jornal noticioso da imprensa negra:

[...] devemos perseverantemente apelar destas colunas, a todos os etiópicos para que se alfabetizem, instruem-se e eduquem-se para que aí surja a verdadeira Igualdade! de raças. Muitíssimo tem sido desvirtuada a finalidade da Campanha da Pró-Educação, por parte de muitíssimas pessoas de má vontade. Ora se apelamos aos pais, antes do que aos outros, no sentido de educar instruindo, suficientemente os seus filhos, é por que a eles cabe o dever de proporcionar a sua família um futuro, senão venturoso, ao menos tranqüilo e impoluto.⁶

O jornal, enquanto uma organização associativa negra, objetivava combater a discriminação racial e colocar as pautas sobre a questão do operariado negro na cidade, com o fim de que a população e os trabalhadores negros conseguissem amealhar melhores oportunidades de trabalho nas fábricas pelotenses e, como se pode observar no excerto acima, a defesa da educação. A aclamação que o jornal faz nesse dia é reverberar a importância da campanha e mais, o principal objetivo ambicionado pelos intelectuais negros do periódico: a alfabetização da população negra na sociedade de Pelotas. Segundo a ótica do redator da publicação, é por intermédio da educação que poderia se chegar a uma sociedade com igualdade entre as raças: a negra e a branca. Mais adiante, o articulista continua expondo seu esclarecimento do prol da campanha:

A Cruzada da educação – **Alfabetização** – só será proveitosa se os etiópicos em geral não só, se propuserem a lerem os jornais (ou a ouvirem ler) como pô-los imediatamente em prática. Só com dose regular de boa vontade, conseguiremos redimir à Raça, escravizada e vergada ainda, do peso incalculável dos grilhões do analfabetismo! É aos próprios negros que cabe promoverem a integração e a emancipação do Negro na Sociedade Brasileira. Mas para que consigamos tal, é preciso que todos nós tenhamos por credenciais – a **Educação**.⁷

⁶ Jornal *A Alvorada*, 9 de abril de 1933, fl. 1.

⁷ Jornal *A Alvorada*, 9 de abril de 1933, fl. 1.

É notório, pelo escrito no jornal noticioso, que as marcas advindas do período da escravidão brasileira faziam se sentir ainda sobre os filhos de ex-escravizados e libertos na sociedade de Pelotas, no que tange ao plano da educação. Conforme aponta o jornal, caberia aos negros encabeçarem esse projeto tão caro à população negra local. A experiência da liberdade inaugurada com o advento da República trouxe uma celeuma para os afrodescendentes, pois seria uma liberdade pautada pelo viés do racismo científico (SCHWARCZ, 1993) marcada pela diferenciação social. Nesse sentido, a educação foi um espaço racializado em que uma minoria detinha o acesso ao letramento e à alfabetização e uma maioria de indivíduos marcados pelo fenótipo e pela cor da pele era alijada do processo de educação. Caberia ao Estado brasileiro ofertar educação pública e de qualidade para todos os cidadãos; todavia, na República oligárquica brasileira, a liberdade era negra, mas a cidadania era branca (ANDREWS, 2014). Então, se o Estado não cumpria o seu papel constitucional, caberia então às associações negras o engajamento na luta pela educação. Conforme apontam Gonçalves e Silva, é no limiar do século XX que os movimentos sociais negros (imprensa negra, por exemplo) passam a reivindicar espaços políticos e sociais de direito:

O movimento criou suas próprias organizações, conhecidas como entidades ou sociedades negras, cujo objetivo era aumentar sua capacidade de ação na sociedade para combater a discriminação racial e criar mecanismos de valorização da raça. Dentre as bandeiras de luta, destaca-se o direito à educação. Esta esteve sempre na agenda destes movimentos, embora concebida com significados diferentes: ora vista como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho, ora como veículo de ascensão social e, por conseguinte, de integração, ora como instrumento de conscientização por meio da qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura do seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano (GONÇALVES e SILVA, 2000, p. 139).

Percebe-se, pelos trechos do artigo exposto, que a educação era vista como algo positivo a ser alcançado pela comunidade negra, mas também o conceito de educação formulado por essa “elite intelectual” negra que escrevia as ideias da campanha eivadas de um sentimento moral muito latente. O primeiro desejo estampado no jornal era que os negros tivessem acesso à educação, ou seja, que a comunidade negra fosse alfabetizada. E tal engajamento deveria ser estimulado pelos pais das crianças. Nesse

sentido, vai se apresentando o público alvo dos intelectuais negros do semanário pelotense.

Mas além do desejo de acesso à educação para os afro-brasileiros, a campanha salientava a importância de que não basta apenas os indivíduos de tez negra saberem ler as palavras e o que estava escrito no jornal ou pelo mundo afora. Era necessário ir além. Instruir-se, educar-se era fundamental para angariar condições melhores de vida. O que seria isso? Melhores condições de trabalho. Sem dúvida, o ensejo e a ânsia da intelectualidade negra eram que o filho do operariado negro pelotense pudesse ter uma equidade no conhecimento ofertado nos educandários, assim como os filhos dos homens brancos que exerciam distintas profissões na cidade (como os médicos, os advogados, os professores etc.); por consequência, do acesso à educação. A notícia a seguir transcrita corrobora esse posicionamento do jornal frente à questão da educação.

Campanha Pró-Educação

Antes de ler, aprende a trabalhar

Toda formação profissional, cujos preceitos é forçoso atender em qualquer indústria moderna, representa ao domínio propriamente educativo um progresso mais avançado e uma ação muito mais fecunda do que a simples e tão decantada alfabetização das massas, **pois saber ler é muito menos importante do que saber trabalhar.** [...] Com semelhante mentalidade deixariam de aparecer operários conscientes, e sim muars de tração que outra coisa não aspirariam os detentores do Capital. Se o *saber fosse muito menos importante* do que o saber trabalhar, o operariado mundial, analfabetizado e embrutecido e a guisa de manequins do Trabalho não teria conquistado as vantagens que tem obtido, em diversas fases e diversas lutas. [...] Quando os próprios governos se interessam pela alfabetização das massas incrementam, incessantemente, o ensino às classes trabalhadoras é por que reconhecem que quanto mais instruídas elas sejam, melhor produzem e valorizam-se [...].⁸

Mais adiante, o autor evidencia que a instrução deve ser estendida às crianças e aos jovens proletários:

Antes de trabalhar, o filho do operário deve saber ler. Antes do “suicídio” nas oficinas infetas, as crianças e os adolescentes proletários devem conhecer primeiramente as bases da vida. [...] Eles, na sua ignorância, fruto do analfabetismo, defendem, zelosamente, os direitos do patrão, e roubam de seus companheiros, e por que não

⁸ Jornal *A Alvorada*, 3 de junho de 1934, fl.1.

dizê-lo ? De si, os seus próprios direitos! A instrução, portanto, não se limita se no A B C. O operário, e principalmente os filhos dos operários, devem saber tanto ou mais do que se sabe, o filho do patrão. Os filhos de pobres, no entanto, não devem alimentar a vaidosa esperança de serem uns doutorzinhos como uma maioria que ainda por aí afora. É preciso que os filhos dos pobres se formem técnicos profissionais [...].⁹

Rodolfo Xavier, um dos fundadores do jornal *A Alvorada*, sublinha de maneira ímpar a questão latente da campanha de educação, a qual tinha a intenção de não apenas alfabetizar e dar letramento aos filhos dos negros operários pobres, mas através da instrução dar também consciência de classe aos filhos e pais trabalhadores do mundo fabril pelotense. Se tais indivíduos não poderiam sonhar ou pleitear uma carreira igual à dos filhos dos patrões de seus pais, ao menos que pudessem ter o direito de lutar por uma profissão diferente da que sempre os negros operários tiveram ao longo da República brasileira. Ou o direito a terem um ofício não marginalizado ou temporário ao vender sua força de trabalho por míseros tostões, ao engraxarem um sapato nas ruas construídas por seus antepassados, mas que levam nomes de senhores escravistas do tempo da escravidão. Pensar em uma educação que letrasse e oportunizasse um destino com consciência de classe. Poderia se pensar em destinos menos amargos como no caso das trabalhadoras negras que, em sua grande maioria, lavavam, engomavam e passavam as roupas para fora para as senhoras brancas e distintas da cidade, atividade esta advinda também do tempo do cativo.

Indubitavelmente, que o alerta na escrita de Xavier traz à tona a voz de um operário e sindicalista (socialista) negro para que seus irmãos de cor e classe lutassem para despertar a consciência da importância da alfabetização não só para conhecer as letras (A, B, C, D), mas para terem oportunidades mais amplas também no campo profissional. Analisando o discurso da escrita de Xavier, impossível não advogar de uma história social em que se tenta perceber os sujeitos e as estruturas. Como bem asseverou Thompson (1987), é importante agregar a experiência na compreensão da ação social do indivíduo. Um operário negro, como Rodolfo Xavier¹⁰, que teve acesso

⁹ Jornal *A Alvorada*, 3 de junho de 1934, fl. 1-2.

¹⁰ Segundo Loner, “Rodolfo passou a vida toda tentando superar as consequências nefastas da escravidão, pois sua luta, como líder sindical e étnico, foi no sentido de conseguir para o trabalhador condições de existência dignas, como a conquista dos direitos sociais. Devido a isso, buscou forjar o futuro dos trabalhadores no presente, apostando na luta sindical, na república e no socialismo, evitando que se relembassem fatos e situações do período anterior, o que poderia dar ensejo à utilização do passado como desculpa para a falta de ação do presente” (2011, p. 114).

ao letramento e uma postura crítica da realidade que o cercava, denunciando a realidade dura que assolava o operariado na cidade, mas também impulsionando a comunidade negra a agir e a lutar para mudar de vida, ou melhor, para ter melhores condições de existência e o acesso aos direitos sociais básicos como a educação.

Pelos trechos transcritos da campanha é pertinente pautar que a república acenava com a possibilidade de cidadania e de direitos iguais para todos; no entanto, a população negra ficou à margem dessas garantias. A Abolição não foi um processo apenas gestado pela elite política do país, mas um movimento de enfrentamento da comunidade escravizada e liberta, pressionando para o término do cativeiro (ALBUQUERQUE, 2010; DOMINGUES, 2011). Contudo, a República não resolveu todos os problemas sociais e políticos deixados pelo fim da escravidão. Foi necessário que a população negra agisse em prol de angariar seus direitos e lutar por eles. A educação foi uma pauta muito discutida pela imprensa negra e por várias outras associações negras, pois, conforme afirma Pinto, “uma maneira de o negro ganhar respeitabilidade e reconhecimento, de habilitá-lo para a vida profissional, de permitir-lhe conhecer melhor os seus problemas e, até mesmo, como uma maneira de reconhecer o preconceito” (1993, p. 238). Isso fica muito evidente na seguinte passagem:

[...] Da compreensão que os negros da nossa terra vão tendo do imprescindível dever para com os problemas da **Instrução**, há de ressaltar o progresso da Raça! Eis por que vivendo até hoje escravizado as grilhetas do analfabetismo, o povo negro pelotense clama por uma liberdade, diferente da que os perturbadores da ordem anseiam! Vilipendiado pelos próprios negros, que pelas suas culturas, são capazes de salvá-lo do abismo ignominioso da ignorância, o povo negro pelotense clama por liberdade ampla, sem restrições de preconceitos. Tratados com um censurável conceito antecipado, por parte dos indivíduos pertencentes a outras raças, os filhos do povo negro de Pelotas, clamam por **Instrução** para por este meio moroso, mas infalível, conquistar definitivamente a sua verdadeira emancipação, simultaneamente conquistando a insofismável, humana e sublime liberdade – a liberdade de suas próprias inteligências.¹¹

Além de pontuar a importância da alfabetização de crianças e jovens, o jornal trazia a ideia de que a educação é apresentada como um vetor de ascensão social para os negros. Por isso, era fundamental que os pais se empenhassem em matricular seus filhos nas escolas da cidade.

¹¹ Jornal *A Alvorada*, 9 de julho de 1933, fl. 1.

[...] Sabeis qual o meio mais rápido para destruir preconceitos de raças? Estudando e educando vosso espírito, para mostrar a verdade aos ignorantes. (...) para assim poder educar seus filhos, porque se vamos esperar dos governos, a nossa evolução intelectual ficará transformada em quimera como até hoje tem acontecido. O pedreiro, o sapateiro, o alfaiate, o tipógrafo, o pintor, o leiteiro, enfim, todos os que empregam suas atividades em profissões que parecem ser humildes e que, no entanto, são tão grandes como a do médico, engenheiro, dentista, etc., mas que se tornam sem valor, porque os que a desenvolvem na maioria não têm a devida educação e conhecimentos para as defenderem e colocarem na altura em que deviam estar [...].¹²

Em outra notícia publicada, o jornal relata a importância da escola no processo de instrução e emancipação.

[...] A escola, que deve ser santuário de amor, de paz e estimulante de progressivas e quanto tanto possível perfeitas atividades, deve ter como inspiração e como objetivo mais imediato fazer homens, preparar cidadãos que possuam uma reta consciência de sua missão social e saibam viver na comunhão de uma perfeita fraternidade, imperturbada pela diversidade de ideologias de cidadãos, enfim, que façam da justiça do trabalho a lei de seu viver.¹³

Ao que tudo indica, pelas duas notícias transcritas acima, a valorização do negro, como meio de integração na sociedade, aconteceria pelo acesso de crianças e jovens ao espaço escolar. Todavia, a instrução não servia apenas como uma mobilidade social de ter uma profissão com distinção hierárquica na sociedade pelotense, mas, muito interessante frisar, que a valorização de todas as profissões se dava pelo intermédio de tomarem consciência política e de cidadania de sua exploração enquanto ainda não tivessem acesso e direito à educação de qualidade. A escola, como lugar de conquista da cidadania, é vista pelos articulistas da campanha de maneira um pouco romântica, pois como espaço na sociedade ela também racializa as estruturas sociais entre brancos e negros. Porém, os engajadores dessa campanha acreditam “que os preconceitos de raça”¹⁴ só seriam extintos quando a mocidade negra frequentasse a escola e tivesse acesso à educação; por conseguinte, a sua cidadania na sociedade brasileira. Para Petrônio Domingues, a elevação educacional gestada tanto pela

¹² Jornal *A Alvorada*, 12 de fevereiro de 1933, fl. 1.

¹³ Jornal *A Alvorada*, oito de outubro de 1934, fl. 1.

¹⁴ Jornal *A Alvorada*, 12 de fevereiro de 1933, fl. 1.

imprensa negra e pela Frente Negra e também como um instrumento para combater o racismo. Destaca o autor:

Em quase todas as edições do jornal da FNB encontra-se alusão ao quadro de carência educacional da população negra e à necessidade de ela instruir-se. Geralmente se acreditava que a marginalização do negro na pós-abolição era uma herança da escravidão, que lhe teria entorpecido o potencial intelectual e/ou cultural. Em outros termos, a escravidão teria gerado o despreparo intelectual e/ou cultural do negro para o exercício da plena cidadania no mundo “moderno e civilizado” da República. E tal despreparo só poderia ser revertido pela via da instrução (DOMINGUES, 2008, p. 523).

Neste ínterim, o curso de alfabetização para crianças e jovens negros e a insistência de que estes frequentassem as séries regulares nas escolas tinha por objetivo solucionar um dos principais problemas que assolavam a comunidade negra: o analfabetismo. A educação proporcionaria a instrução e o combate a uma sociedade racista. Pela instrução se teria educação e cidadania.

O discurso educativo do jornal pode ser compreendido para a importância da alfabetização e do letramento de crianças e jovens, mas assume para além dessa formalidade de instrução, ensino e aprendizagem para a vida desses sujeitos históricos. Pontua que a educação via alfabetização assumia um caráter mais amplo, como a busca de uma segunda liberdade após o advento da Abolição. Uma liberdade por direitos sociais plenos de fato, que iam desde a efetivação da cidadania para os negros (adiante, irei discutir isso com mais vagar no trabalho) como uma formação social de trabalho mais aprimorada com possibilidade de ascensão social. Mas cabe a seguinte indagação: o que de fato a Campanha Pró-Educação idealizada pelo periódico fez de fato por isso? Clamavam por instrução, mas como tal projeto foi concretizado? Quais as propostas concretas para que a alfabetização não fosse apenas privilégio dos filhos dos patrões brancos, mas também um direito do filho do operariado negro pelotense?

Nossa Gente, Nossa Raça: a Frente Negra Pelotense e a Campanha Pró-Educação

A luta pela educação sempre foi uma pauta dos negros desde o tempo do cativeiro (FONSECA, 2007) e na República essa ação era “entendida como meio de afirmação social e de acesso à cidadania”. Portanto, os articulistas da Campanha Pró-Educação lutaram contra “a inferioridade atribuída aos negros pelas ideologias que

dominaram grande parte do pensamento social brasileiro e justificaram os séculos de escravização” (WISSENBACH, 2018, p. 297).

Para lutar contra o racismo, trabalhadores e intelectuais negros de todo o país começaram a criar distintas associações. A imprensa negra foi uma delas, como já comentado no trabalho. No início da década de 1930, foi fundada a Frente Negra Brasileira, uma organização que tinha por intenção integrar a população negra à sociedade. Essa organização tomou a frente de um projeto que ambicionava criar condições necessárias para o ingresso do homem negro no mundo do trabalho. Aliada a isso, uma das grandes preocupações dessa associação negra era a questão educacional dos irmãos de cor. Segundo Domingues, essa organização proporcionou a alfabetização de milhares de pessoas negras, inclusive com projeto de criação de escolas. O autor frisa que:

Outrossim, foi essa associação que desenvolveu uma importante iniciativa educacional: a criação de uma escola com certa estrutura pedagógica. Funcionando na sede da entidade, as aulas ocorriam nos períodos diurno e noturno. Ensinava-se a ler, a escrever e a contar, bem como gramática, geografia, história, aritmética e geometria, entre outras disciplinas (DOMINGUES, 2008, p. 520-521).

Os membros dessa organização acreditavam que, para lutar contra o racismo latente na sociedade brasileira, era primordial que os “homens de cor” participassem da vida política do país. Para tal envergadura, era necessário ter educação para lutar por cidadania e demais direitos. Outras sedes homônimas foram criadas pelo Brasil. A Frente Negra Brasileira tinha papel fundamental na ampliação da rede de solidariedade entre os negros e lutava abertamente contra o racismo que os atingia. É notório salientar que era uma associação de cunho nacionalista e que teve muitos integrantes ligados ao integralismo.

Para Domingues (2004), ela foi um movimento de massas que reunia sujeitos ligados a diversas correntes políticas. Por sua vez, para Gomes (2005), ela não poderia ser classificada como um movimento popular. Destaco que esse não é o objetivo da discussão do trabalho. O que importa, nestas páginas escritas, é a luta pela educação e como esse processo foi pensado para a população negra pelotense. Na cidade de Pelotas, no dia vinte e oito de fevereiro do ano de 1932, a Frente Negra Pelotense foi fundada (OLIVEIRA, 2017). Houve muito burburinho no jornal, pois não se tinha um consenso sobre essa organização. Alguns intelectuais negros simpatizaram com o movimento, mas muitas cartas chegaram à redação do jornal pedindo explicações aos jornalistas

sobre a Frente Negra Pelotense, pois não concordavam com a propaganda integralista da liga negra. A reportagem a seguir enfatiza a defesa do jornal à entidade recém fundada na cidade:

No nosso entender (podemos errar) essa associação contará com o apoio geral porque, é certo, que estando à frente desse movimento reivindicador os maiores intelectuais da raça etiópica paulista, não se irá provocar uma revolução nem se irá desrespeitar os nossos irmãos pelo simples fato da diferença da pele. Se o ilustre patricio Sr. Simeão M. Silva conhecesse a história da nossa vida pelotense nos daria razão. Aqui, não vai longe o tempo, o negro não tinha direito a entrar em um café qualquer, numa confeitaria, num cinema, nem os filhos de negros podiam entrar para os nossos ginásios a não ser que se procurasse um pistolão! No Rio Grande, houve época em que na praça não era permitido ao negro passear na mesma calçada com a raça branca. Aqui no sul, ainda existem lugares, aliás, pequenos, onde a raça negra não tem direito a coisa alguma. Tem razão o missivista, lembrando que o Brasil vive sob o regime democrático, cuja constituição garante a todos a mesma igualdade, os mesmos direitos. Isso não altera que o preconceito predomine no cérebro de muita gente. [...] A Frente Negra Brasileira – desculpe-me o talentoso missivista – não é uma afronta à raça branca, mas sim uma demonstração de que nem sempre deve existir no nosso país o antigo regime das épocas coloniais. [...] Desde 1888, ano da abolição, até hoje, não se conseguiu apagar esse borrão [a escravidão], fazendo com que todos os brasileiros se amassem mutuamente sem distinção de cores.¹⁵

A Campanha Pró-Educação é encabeçada inicialmente pelos articulistas do jornal. Porém, pelo mês de junho do ano de 1933, o ideário da educação começa a ser articulado pelo periódico, com ênfase na atuação da entidade da Frente Negra Pelotense que, conforme pode ser visto pelo trecho acima, empreende uma luta aguerrida pela igualdade racial no país.

Para tal envergadura, era necessário que os negros tivessem acesso à educação. As notícias publicadas pela Campanha nos fazem refletir que os filhos dos operários negros na cidade talvez não estivessem tendo acesso a um direito social de ter o seu letramento. A maioria das notícias veiculadas afirma a carência financeira dos pais em conseguir manter seus filhos nos educandários da cidade. Também é fato que muitas vezes a pobreza latente amalgamada na falta de roupas novas e materiais escolares ocasionavam o preconceito social e racial para com seus filhos. Nesse âmbito, a pauta se fazia tão latente por combater o racismo (via o acesso à educação, para que essas

¹⁵Jornal *A Alvorada*, 28 de fevereiro de 1932, fl. 1.

crianças e jovens tivessem o direito de saber ler antes de trabalhar), que iniciativas da Frente Negra Pelotense, com o jornal *A Alvorada*, gestaram para solucionar tal celeuma na comunidade negra local.

**Campanha Pró-Educação
Da Frente Negra Pelotense
Boas Novas**

[...] Incentivar, com vigor, a campanha pró-alfabetização, instrução e educação, especialmente os filhos da raça. Prestigiar cada vez mais, no país, o espírito de cooperação interracial, ao invés de competição. Pleitear, junto aos governos, o ingresso gratuito nos ginásios secundários e cursos superiores para os filhos de negros pobres, que pela sua inteligência assim fizeram jus. Defender a infância negra. Preparar a mulher negra para a luta pela vida, ministrando à juventude feminina os mais sãos ensinamentos, quer de ordem doméstica, profissional ou intelectual. Criar escolas. Organizar caixas de assistência para socorrer os estudantes pobres, que por motivos financeiros, se virem ameaçados de abandonar os estudos. Instituir prêmios, para estimular as crianças, com o fito de despertar no mundo infantil o interesse pela escola, etc.¹⁶

Vislumbram-se, através dessa notícia da campanha, as preocupações dessa associação negra. Ao que tudo indica, as crianças pobres negras não estavam tendo a devida assistência nas escolas públicas da cidade. Importante frisar que em nenhum momento das notícias investigadas no jornal é explicitado que não há vagas para as crianças negras nos colégios. Mas em uma sociedade marcada por processos de racialização dos espaços sociais e políticos, não é difícil considerar que esses infantes fossem excluídos do processo de ter uma educação de direito.

O artigo expõe também a dificuldade financeira dos pais em manter seus filhos nas escolas, indicando que isso levaria essas crianças ao abandono dos estudos.

Interessante pontuar a necessidade de criação de escolas. Não há dados explicitando sobre escolas para crianças de cor; inclusive, é apontado um espírito de interação racial com os brancos para a implementação desse projeto educacional de instrução. Contudo, cabe salientar que o anseio pela criação de escolas se dá com o objetivo de que as crianças de tez preta tenham acesso à educação e possam ter um futuro profissional e um aprimoramento intelectual distinto do que foi ofertado para seus pais.

¹⁶Jornal *A Alvorada*, do dia 10 de setembro de 1933, fl. 1.

Percebe-se um planejamento financeiro de socorro mútuo e de solidariedade financeira para essas crianças poderem ter seus estudos custeados e até incentivos de premiação, com a ideia de valorizar a permanência delas no ambiente escolar. Outrossim, isso nos leva a pensar que “os negros desejavam garantir um espaço social negro, além da possibilidade de receberem uma educação que estivesse “livre da coação e do racismo”, por meio de práticas pedagógicas de valorização e de pertencimento étnico-racial” (ARAÚJO, 2013, p. 41).

Mesmo após quase quarenta e cinco anos da Abolição da escravidão, registra-se a iniciativa do grupo negro frente ao racismo no âmbito do plano da educação brasileira. Nesse sentido, refuta-se a marginalidade e a apatia desse segmento da população que pouco ou nada contribuiu para solucionar os problemas que atingiam suas vidas (ARAÚJO, 2008). Pelo contrário, eles lutaram para ter a garantia e pelo direito à educação através de organizações negras. Agiam com as margens de possibilidades, estratégias e recursos possíveis, uma vez que o Estado fazia de tudo para continuar perpetuando um racismo excludente ancorado em teorias raciais e eugênicas que objetivavam inferiorizar os negros e ressaltar a sua incapacidade intelectual. As diferentes proposições narradas na Campanha Pró-Educação até aqui possibilitaram que boa parte do movimento negro no jornal e na Frente Negra Pelotense não aceitasse práticas de disseminação racial e, conseqüentemente, não se enxergasse como inferior à população branca. Além disso, é importante destacar que esse movimento das entidades negras pelotenses de alguma forma afirmavam o orgulho de pertencerem à raça negra.

Como o foco da pesquisa é a análise do negro no campo da Educação e este enquanto sujeito ativo nesse processo, a pesquisa dialoga com essa historiografia da educação (ARAÚJO, 2008; BARROS, 2005), que pensa a escola como um espaço de ação e luta dos diferentes sujeitos históricos. Uma das pautas de reivindicação da Frente Negra Pelotense era uma escola e uma caixa de ajuda¹⁷ para coleta de dinheiro, para auxiliar os estudantes negros. Conforme publicado e estampado na primeira página do jornal, a escola deveria ser gratuita e o uniforme deveria ser igual a todos para que não houvesse diferenças sociais entre as crianças de diferentes classes sociais no ambiente escolar.

¹⁷ Segundo Bahiense, a caixa escolar existe no cenário da educação brasileira desde o século XIX, mas ganham destaque durante o século XX. Conforme a autora, “o patrimônio das caixas deveria ser constituído pelas joias e subvenções pagas pelos sócios, pelo produto das subscrições, quermesses, teatros, festas (...), e atenderia aos “alunos indigentes, minimamente pobres e assíduos” (2014, p. 51-52).

Observa-se uma preocupação latente não só com a oportunidade de oferta de uma escola gratuita para as crianças negras pobres, como também de que elas não sofressem ainda mais com o estigma da pobreza amalgamada por não ter uma roupa igual à das crianças brancas. A escola, portanto, também era um espaço racializado. Era necessário lutar para que este ambiente educacional permitisse o ingresso desses indivíduos negros, combatendo o racismo que estes sofriam. A campanha tinha a finalidade de uma luta não só contra o racismo, mas uma luta antirracial desde a tenra idade, ao aprenderem as primeiras letras do alfabeto. Segundo o jornal:

Entusiasticamente a população de Pelotas acode ao apelo da F. N. P. para que não se descuidem no sentido de enviar os seus filhos à escola. A nossa campanha, quando menos fizer, fará a grandiosa obra de acordar a consciência de muitos pais que se deixam vencer pelo desânimo e pelo pessimismo. [...] Ninguém ignora o sacrifício que um pai faz em manter sua filha em um colégio secundário. Ora é um fardamento, ora é tal livro, e como se isso não bastasse, de quando em vez, se faz modas... calças de bombachas, blusas brancas [...], assim é, que se o colégio é gratuito, no fim do mês ou no fim do ano, custa um dinheirão, para o pai operário. Quando alguém estrilla, se diz o fardamento é bom, porque nivela a criança pobre com a criança rica, ficando aquela assim livre das demonstrações pouco gentis de suas colegas de posições. Vimos por aí, que a educação que se dá às crianças são puramente artificiais. Se a criança pobre comparecer, com o seu vestidinho lavado e descolorido, servirá para gozo, das vaidades das meninas ricas, que vão para a aula *educarem...* zombando da miséria alheia. Mas si nivelada pela roupa (fardamento), a criança pobre estiver com a rica, será respeitada e considerada, na aula, uma igual. Logo: o pai, que não fizer um grande sacrifício, jamais poderá manter nas escolas de cursos adiantados a sua filha. E quem não for possuidor de um espírito forte, se deixará vencer pelo desânimo. Desse desânimo vem o nosso atraso.¹⁸

Nota-se uma preocupação constante com a evasão das crianças negras pobres do ambiente educacional, ao mesmo tempo, que os pais são incentivados a não serem vencidos pela desmotivação e continuar levando seus filhos à escola. Essa instituição que deveria ser pública e ter um fardamento que nivela a todos com igualdade é apresentada pela campanha como um lugar sagrado (MACHADO, 2009) e, ao que tudo indica, como um lugar que poderia servir de integração social e mobilidade social aos filhos de operários negros na cidade.

¹⁸Jornal *A Alvorada*, 8 de outubro de 1933, fl. 1.

Em nenhum momento encontro uma crítica ferrenha na campanha sobre a invisibilidade da população afro-brasileira na prática curricular. Em muitas ocasiões, os pais são culpabilizados pelo abandono dos filhos do ambiente escolar, não criticando o sistema racista e desigual ofertado pelo Estado republicano. A escola se reveste de uma possibilidade de ascensão social para o negro ou quase uma ideologia de salvação da luta contra a desigualdade e contra o racismo na sociedade.

O jornal, por intermédio da campanha, acaba assumindo também um papel pedagógico e instrutivo de ressaltar a importância da alfabetização, da instrução, da importância da escola. Muito é discutido nas páginas do periódico sobre uma sede para a Frente Negra Pelotense para que se possa implantar os projetos de criação da escola e o auxílio financeiro aos pais pobres. As discussões acabam ocorrendo dentro das entidades de associações negras da cidade a respeito da instrução da raça. Os clubes carnavalescos oferecem e abrem as suas sedes para que os irmãos de cor discutam os rumos da sede da Frente Negra, assim como serão planejados os objetivos principais da Campanha da Pró-Educação.

É notório esclarecer que a comunidade negra local não recebeu com tanto ânimo os ensejos da campanha ambicionada pela imprensa negra local e pela Frente Negra Pelotense. Contudo, mesmo com as dificuldades de angariarem recursos para a criação da sede dessa associação, algumas lutas foram conseguidas pelos articulistas da campanha, como a notícia da matrícula de um jovem negro no Ginásio do Pelotense, cujos pais não tinham condições financeiras para tal empreendimento. A Frente Negra Pelotense auxilia essa família no projeto de angariar uma educação para seu filho. Com essa vitória positiva, vislumbrava-se um campo de possibilidades não só para este jovem matriculado, mas também para outros que poderiam se inspirar nesse projeto.

[...] Está sem precedentes nos anais da coletividade negra de Pelotas, a recente vitória que esta agremiação conquistou, qual seja a Matrícula Grátis no Ginásio Pelotense, instituto de ensino secundário equiparado ao Colégio Pedro II, para o jovem Raimundo Cupertino Xavier, cujos pais são pobres e não fazem parte do cadastro social do nobre centro de alcance majestoso no cenário social pelotense. (...) Pleitear a admissão do elemento de cor aproveitável nos ginásios. O que vem provar estar enquadrado nas leis sociais da mesma, o que fizeram seus dirigentes em favor do inteligente aluno, que destas colunas já

dissemos ter sido aprovado nos exames de admissão ao 1º ano daquele instituto de ensino.¹⁹

Sem sobra de dúvida, que a matrícula realizada no Ginásio Pelotense assume uma grande vitória para a campanha e para a comunidade negra local. A campanha sinalizava pela educação e por contra o preconceito racial que atingia os negros, especialmente as crianças nos educandários pelotenses; era necessário lutar por educação e pela inserção da população negra nas escolas da cidade ou criar espaços educacionais para os filhos dos operários negros terem educação e cidadania. A matrícula de Raimundo concretiza um direito dessa cidadania, como também positiva a figura dos afro-pelotenses, pois através de seu excelente desempenho conseguiu ter êxito nos exames ofertados pelo Ginásio Pelotense. A figura de Raimundo provavelmente estava inaugurando um novo tempo no seio de sua família e na comunidade negra local. E quanto isso positivava os sujeitos afro-pelotenses. Em alguns momentos da campanha, era noticiado o êxito de alunos negros nas distintas escolas do município, tendo imagens em destaque, com o intento de instruir pedagogicamente uma identidade positiva para os demais representantes dessa comunidade. A imagem a seguir ilustra isso de maneira pertinente:

¹⁹ Jornal *A Alvorada*, dia 27 de janeiro de 1935, fl. 1.

Figura 1: Protagonismo Feminino da Estudante Flávia dos Santos Gomes no Colégio Elementar Félix da Cunha



Fonte: *Jornal A Alvorada*, do dia 13 de janeiro de 1935.

Exalta-se, nessa notícia da campanha, a mocidade negra que estava preocupada em se educar e ser um exemplo para os demais jovens da comunidade. Em determinado momento, há certa crítica aos negros que apenas se dedicavam ao samba, bailes com frequência e aos cordões carnavalescos²⁰, afastando-se, portanto, do ideário da Campanha Pró-Educação, pontuando que nem todos os negros estavam relutantes diante dos intentos dos articulistas do jornal e da Frente Negra Pelotense²¹, mas além da

²⁰ Havia toda uma preocupação em “denunciar” práticas que denegrissem a imagem dos negros, portanto, o jornal fazia uma campanha pedagógica e moral para que a comunidade negra não apenas se dedicasse aos prazeres mundanos como jogos, bebidas e bailes, mas se dedicasse ao que realmente importava de fato com a educação dos filhos dos operários negros (CALDEIRA, 2020).

²¹ *Jornal A Alvorada*, 15 de janeiro de 1935, fl. 1.

demonstração pública dos êxitos entre a mocidade negra, com o processo de instrução, reafirmando a importância desse projeto e de como isso efetivaria uma cidadania para negros e negras pelotenses.

Em suma, os propósitos de luta da Campanha Pró-Educação encabeçados pelo Jornal *A Alvorada* e pela Frente Negra Pelotense tinham a intenção de dar instrução e acabar com o analfabetismo entre a comunidade negra. Todavia, é crível destacar que a ideia de construção de uma escola para que crianças e jovens tivessem a oportunidade de se educar não foi de fato concretizada. Muito se pautou nas páginas do periódico antes da instauração do Estado Novo pela luta por uma sede para a Frente Negra na cidade, mas o sonho de criar uma escola para a mocidade negra infelizmente não vingara naquele passado longínquo de outrora.

De fato, houve uma educação pedagógica feita através da imprensa, considerando as muitas discussões sobre como deveria ser a educação e a escola “ideal” para esse segmento social. Uma educação que conscientizasse o operariado da importância de instruir-se e lutar por direitos políticos e cidadania plena, como também projetar uma educação não racializada dentro das escolas para que se oportunizasse uma igualdade racial entre crianças negras e brancas. A Campanha Pró-Educação teve êxito em articular matrículas para jovens negros que se destacam nos exames dos educandários na cidade, visto que sem a ajuda ofertada pelos fretenegrinos isso poderia não ser possível. Os articulistas ensejaram uma campanha pedagógica para a positivação de uma identidade da raça negra ao publicizar os jovens negros em destaque nas páginas do jornal. Essas associações negras discutiam suas ideias nas sedes dos clubes negros da cidade, alertando para os problemas que atingiam a população de cor em Pelotas e incentivando a criação de espaços de leitura, como a criação de bibliotecas nessas entidades para que os sócios e a classe trabalhadora tivessem meios de se instruírem por si mesmos, uma vez que o Estado oligárquico e racista não solucionava os problemas sociais e políticos que atingiam a população afro-brasileira. Uma luta árdua e desigual pelo direito à educação e à igualdade.

Considerações Finais

Embora a Campanha Pró-Educação, articulada pelas associações negras da cidade, tenha ficado muito mais no campo das ideias, é importante salientar que ao

menos foram tentadas diversas atividades de valorização e reconhecimento da comunidade negra local, além de pautar várias discussões dentro dessa comunidade. As ações poderiam até ser do tamanho de um grão de areia, mas foram essenciais para a luta pelo direito e pelo acesso à educação para os negros pelotenses.

Esses ativistas buscaram estratégias de defesa por direitos tão caros e básicos à população negra: educação, escola, cidadania e igualdade. Por mais que a Frente Negra Pelotense tivesse um viés nacionalista e conservador, lutou pela defesa dos interesses dos negros, pois “saber ler é tão importante quanto trabalhar”. A Campanha Pró-Educação não estabeleceu diretrizes sobre os conteúdos curriculares que deveriam ser discutidos e implementados nas escolas, mas lançou ideias de valorização e de pertencimento à classe operária negra. A visão da escola como espaço de oportunidade e cidadania para os negros foi um dos pontos de luta da campanha.

Apesar de não obterem tantos êxitos e sofrerem com a resistência da população negra ao projeto, tanto o jornal como os fretenegrinos foram atuantes na área da educação, pois procuraram dar respostas ou tentativas de soluções para concretizar o projeto de que os negros fossem alfabetizados e instruídos na sociedade, em igualdade com os brancos. A luta por educação foi uma luta racial. Em sua tese de doutorado, Pinto (1993) adverte que:

Embora não se encontre nas idéias veiculadas na imprensa negra qualquer proposta de uma política educacional para o negro, observa-se que as lideranças negras começam a externar opiniões a respeito de como deveria ser a educação do negro. A necessidade de uma formação profissional, de uma educação voltada para a profissionalização, para a aquisição de habilidades de trabalho, bem como a condenação à educação livresca, são externadas em alguns momentos. A intensa atividade que o negro desenvolveu no campo da educação, sem dúvida, demandou um esforço muito grande de sua parte, tendo em vista as deficiências de toda a sorte que enfrentou e os poucos recursos com que contou. Se, naquele momento, ele já demonstrava uma percepção crítica a respeito da política educacional, do abandono a que foi relegado neste campo, tendo em vista o descaso com que foi tratada a sua educação, das causas imediatas que contribuíram para que o seu nível educacional fosse tão baixo, a sua percepção não chegou tão longe, a ponto de ele equacionar esta questão de uma maneira mais ampla (...) (PINTO, 1993, p. 293).

A educação sempre foi uma pauta negra. Com o advento da República, a população de cor ansiava não mais pela liberdade, pois esta ela já conhecia de longa

data das experiências de luta contra o cativo. No regime republicano, os negros almejavam por cidadania e direitos sociais, como a educação, pauta deste trabalho de investigação. A bandeira da educação respingava literalmente no direito a ter o reconhecimento da cidadania e de não serem mais marginalizados e estigmatizados por serem negros. O Estado não tinha interesse em solucionar essa pauta reivindicatória negra, mas as associações negras lutaram por esse direito. As conquistas (poucas) ensejadas pela Campanha Pró-Educação possibilitaram a inserção de alguns negros na sociedade de Pelotas e, ao mesmo tempo, contribuíram para dar ânimo e força para que a comunidade negra lutasse para que seus filhos tivessem direito à educação e a uma vida digna. Esta pesquisa ofereceu um novo panorama de análise de discurso (FOUCAULT, 1986) de uma das possíveis leituras feitas sobre a história da educação e sobre a luta negra pelo direito de tê-la em um contexto histórico específico. Uma análise que privilegiou uma história da educação plural, dando visibilidade ao grupo social que foi (e ainda é) marginalizado na sociedade brasileira. Contudo, essa marginalização nunca foi aceita de maneira vitimizada, mas muito revestida de luta contra o racismo, neste caso, no campo da educação.

Essa experiência histórica contada em poucas páginas (mesmo que não tenha saído do campo das possibilidades) é uma luta negra ante a exclusão social no sistema de ensino que era e (é) racializado na sociedade brasileira. Essa luta por educação e por cidadania ainda é uma luta negra contra a opressão de um Estado que tenta marginalizar essa população (ou dar uma inclusão marginal), pois, infelizmente, o Brasil ainda defende a ideia de que educação é para poucos. Estes poucos são os brancos, que ainda pensam que vivem em um passado de casa grande e senzala. Mas a população negra resiste e luta por educação e contra o racismo, pois como tanto se repetia nas páginas do periódico negro pesquisado “*educai vossos filhos*”, pois educação nunca foi uma dádiva ofertada pelo Estado brasileiro, sempre foi luta das associações e do movimento negro. Uma luta que perdura até hoje pela manutenção das cotas raciais para negros no ensino público gratuito.

FONTE E ACERVO

Jornal *A Alvorada* (1933-1936)

CEDOV- Biblioteca Pública Pelotense

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. “A vala comum da raça emancipada”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. **História Social**, n. 19, p. 91-108, 2010.

ANDREWS, George Reis. **América Afro-latina: 1800-2000**. São Paulo: EDUFSCAR, 2014.

ARAÚJO, Marcia Luiza Pires de. **A escolarização de crianças negras paulistas (1920-1940)**. Tese de Doutorado. Programa de Educação: USP, 2013.

_____. **A escola da Frente Negra Brasileira na cidade de São Paulo (1931-1937)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2008.

BAHIENSE, Priscilla. “Não basta fornecer o mestre”: o funcionamento das caixas escolares em Belo Horizonte (1911-1918). **Interfaces Científicas**, Aracajú, v. 2, n. 3, p. 49-58, 2014.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **Negrinhos que por ahi andam: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da USP: São Paulo, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CALDEIRA, Jeane. **A infância desvalida institucionalizada em Pelotas: controle e ordenamento social nas páginas dos periódicos locais – década de 1910 e 1940**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação: UFPEL, 2020.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Editora SENAC, 2004.

_____. “Um templo de luz”: a Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, p. 517-534, set/dez2008.

_____. DOMINGUES, José Petrônio. “A redenção da nossa raça”: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 19-48, 2011.

FONSECA, Marcus. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação: USP, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. Movimento Negro e Educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 15, n. 15, p. 134-158, 2000.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. IN: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora UNICAMP, 2003, p. 525-541.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande**. 2ª ed. Pelotas: Editora da UFPEL, 2016.

_____. Antônio: de Oliveira a Baobad. In: 2º **Encontro de Escravidão e liberdade no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2005, p. 01-17.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Carlos Eduardo Dias. **População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social: USP, 2009.

OLIVEIRA, Ângela. **A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso Exemplo e A Alvorada – 1920-1935**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFPEL, Pelotas, 2017.

PERES, Eliane. **Templo de Luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense, 1875-1915**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPEL, Pelotas, 1995.

PINTO, Natália Garcia. **Gerações de senzalas, Gerações de liberdade: experiências de liberdade em Pelotas/RS, 1850-1888**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 2018.

PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da USP, São Paulo, 1993.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1998.

SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da História: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, Porto Alegre, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

WISSENBACH, Maria Cristina. Letramento e Escolas. **Dicionário da Escravidão e da Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.